



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4/2014**  
(autoria do Deputado Professor Lemos)

Alteração do art. 173 e da  
denominação do CAPÍTULO VIII do  
TÍTULO VI e inserção do art. 225-A,  
concernentes à Constituição Estadual.

**Art. 1º** O art. 173 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 173. O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência, à juventude e à velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da Constituição Federal.”

**Art. 2º** O Capítulo VIII do Título VI da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“TÍTULO VI

(...)

CAPÍTULO VIII

DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO IDOSO”.

**Art. 3º** Insere o art. 225A à Constituição Estadual, com a seguinte redação:

“Art. 225A. O Estado protegerá os direitos econômicos, sociais e culturais dos jovens, mediante políticas específicas, visando assegurar-lhes:

I – formação profissional e desenvolvimento da cultura;

II – acesso ao primeiro emprego e à habitação;

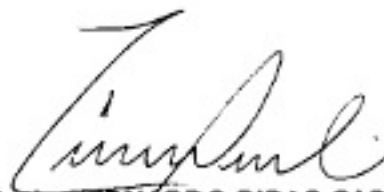
III – lazer;

IV – segurança social.


Parágrafo único. As diretrizes das políticas a que se refere o *caput* deste artigo serão asseguradas pelo Estatuto da Juventude e pelo Plano Estadual da Juventude, instituídos por lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e nos demais diplomas legais pertinentes.”

**Art. 4º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2014.



Deputado BERNARDO RIBAS CARLI  
Presidente da Comissão Especial



Deputado Pedro Lupion  
Relator da Comissão Especial

Deputado NEREU MOURA  
Membro Titular



Deputado ENIO VERRI  
Membro Titular



Deputado RASCA RODRIGUES  
Membro Titular



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**  
Em, 27 ABO, 2013  
1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 379 DE 2013**

**SÚMULA:** Proíbe o uso de procedimentos de Radiografia com o objetivo de comprovar a realização de procedimentos aos Planos de Saúde.

**Art. 1º** Fica proibido o uso de procedimentos de Radiografia que tenham objetivo pericial, com finalidade administrativa, em substituição à perícia/auditoria ou visando unicamente comprovar a realização de procedimentos aos Planos de Saúde.

**Art. 2º** Os procedimentos de Radiologia devem ser solicitados exclusivamente caso sejam justificadas por indicação técnica, ponderando-se os benefícios diagnósticos ou terapêuticos que venham a produzir em relação ao detrimento da exposição do paciente à radiação.

**Art. 3º** As infrações ao disposto nesta Lei e de seus regulamentos sujeitam a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, a multa pecuniária.


**§1º** A multa de que trata o caput desse artigo será de 10 UPF/PR (dez Unidades Padrão Fiscal do Paraná) a 1.000 UPF/PR (mil Unidades Padrão Fiscal do Paraná), a ser aplicada pelos órgãos Públicos de Fiscalização Sanitária federal, estadual ou municipal e também pelos Conselhos de Fiscalização Profissional a que esteja vinculado o infrator, atendendo seu porte econômico e a gravidade da infração.

**§2º** Na hipótese do máximo legal previsto no §1º não surtir efeitos ao infrator, considerado seu poder econômico, o valor poderá ser aplicado até seu décuplo.

**Art. 4º** - Para seu fiel cumprimento, esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

**Art. 5º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2013.

  
**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo proibir o uso indiscriminado dos exames de radiografia, seja por objetivo pericial, com finalidade administrativa, em substituição à perícia/auditoria ou visando unicamente comprovar a realização de procedimentos aos Planos de Saúde.

Devido aos malefícios da exposição direta à radiação, o uso destes procedimentos se justifica unicamente quando há uma necessidade comprovada de diagnosticar ou tratar um problema de saúde.

Ocorre que muitos planos de saúde exigem a apresentação deste tipo de exame com a única finalidade de comprovar a realização de procedimentos, vinculando a tal prova a cobertura do plano e o pagamento pelos serviços realizados.

Essa prática já é vedada pela Resolução nº 27/2004 do Conselho Nacional de Energia Nuclear, pela Portaria 453/1998 do Ministério da Saúde e, na área odontológica, pela Resolução 102/2010 do Conselho Federal de Odontologia. Infere-se desses atos normativos técnicos, que exposição de pessoas a radiação segue o princípio da justificação, segundo o qual nenhuma prática deve ser autorizada senão quando produza suficiente benefício para a pessoa exposta, de modo a compensar o detrimento que possa ser causado pela radiação e, ainda, quando não tenha método alternativo igualmente eficaz de menor nocividade, considerando, sempre, as características individuais do paciente e os objetivos pretendidos com a radiografia.

Ademais, na hipótese do caso justificadamente exigir a tomada radiográfica, o exame deve ser realizado de modo planejado, seguindo os padrões científicos reconhecidos, com aparelhos temporariamente revisados, objetivando minimizar os níveis radiológicos ao razoavelmente aceitável, utilizando-



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



se equipamentos de proteção no paciente e membros da equipe profissional, de tudo a revelar a necessidade de coibir o uso indiscriminado desse procedimento.

Além disso, a Constituição Federal determina, em seu art. 24, XII, a competência concorrente entre a União e os Estados para legislar sobre proteção e defesa da saúde e a Lei Federal nº 8.080/1990 estabelece em seu art. 2º, § 1º o dever do Estado de garantir a saúde através de políticas que visem à redução de riscos de doenças. Os dispositivos supracitados demonstram que, mais que uma prerrogativa, o Estado tem o dever de zelar pela saúde da população.

Cabe ressaltar que tal proposição foi elaborada após ampla discussão com representantes do Conselho Regional de Odontologia do Paraná, sendo inclusive encaminhado um ofício pelo seu Presidente explicando toda a situação e solicitando a elaboração do presente projeto (o qual encaminhamos em anexo).

Diante do exposto, certo da importância de combater o uso abusivo e indiscriminado dos exames de Radiografia como forma de promover a saúde em nosso Estado, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2013.



**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



**PARECER AO PROJETO DE LEI 379/2013**

Projeto de Lei nº: 379/2013  
Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Proíbe o uso de procedimento de radiografia com o objetivo de comprovar a realização de procedimentos aos planos de saúde.

EMENTA: PROÍBE O PROCEDIMENTO DE RADIOGRAFIA COM O OBJETIVO DE COMPROVAR A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AOS PLANOS DE SAÚDE. POSSIBILIDADE. ART 24 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 13 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI FEDERAL 8.080/1990. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DE EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Anibelli Neto, tem por finalidade proibir o uso de procedimento de radiografia com o objetivo de comprovar a realização de procedimentos aos planos de saúde.

VISTA EM 03/12/13

Dep. Scano vaca

CCJ





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)  
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 24, incisos V e XII, prevê a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre produção e consumo e proteção e defesa da saúde:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Da mesma forma destaca-se o artigo 13, incisos V e XII da Constituição do Estado do Paraná que, em perfeita consonância com a Carta Magna Brasileira, menciona as hipóteses de competência concorrente entre o Estado e a União:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Cumpre-nos destacar, ainda o artigo 2º, §1º, da Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dita:





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Desta forma, verificamos o dever do Estado de garantir a saúde através de políticas econômicas e sociais que visem a redução de riscos de doenças e outros agravos, determinação esta em consonância com o disposto na presente proposta, que visa minimizar a exposição direta a radiação, protegendo o cidadãos dos malefícios desta situação.

No entanto, verificamos alguns vícios na proposta, como o artigo 3º que prevê multa com valores expressos, em casos de infrações cometidas ao disposto na Lei.

O artigo 1º explana, por sua vez, a proibição do uso de procedimentos de Radiografia "que tenham objetivo pericial, com finalidade administrativa, em substituição a perícia/auditoria". Desta forma, objetivando alcançar o pretendido pelo Projeto de Lei, sem adentrar em questões administrativas da empresa, retira-se a expressão em destaque do mencionado artigo 1º da proposta.

Desta forma, apresenta-se a Emenda Substitutiva Geral em anexo com o objetivo de sanar os referidos vícios.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistente óbice ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercllio Turini

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **aprovação** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **legalidade e constitucionalidade**, na forma de Emenda Substitutiva em anexo.

Sala das Sessões em 10/12/13

  
NELSON JUSTUS  
Presidente

TERCÍLIO TURINI  
Relator

**A PROVADO**

10.12.13 Q



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL – PROJETO DE LEI N.º 379/2013

Com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, faz-se necessária a apresentação desta Emenda Substitutiva, com a seguinte redação:

**Súmula:** Proíbe o uso de procedimentos de Radiografia com o objetivo de comprovar a realização de procedimentos aos Planos de saúde.

**Art. 1º** Fica proibido o uso de procedimentos de Radiografia visando unicamente comprovar a realização de procedimentos aos Planos de Saúde.

**Art. 2º** Os procedimentos de Radiologia devem ser solicitados exclusivamente caso sejam justificadas por indicação técnica, ponderando-se os benefícios diagnósticos ou terapêuticos que venham a produzir em relação ao detrimento da exposição do paciente à radiação.

**Art. 3º** No caso de infração ao disposto na presente Lei, as penalidades aplicáveis serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

**Art. 4º** Para seu fiel cumprimento, esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 10/12/13

*[Signature]*  
Dep. Calvi

*[Signature]*  
NELSON JUSTUS  
Presidente

*[Signature]*  
Dep. Senovais

*[Signature]*  
TERCÍLIO TURINI  
Relator

*[Signature]*  
Dep. Perillo  
*[Signature]*  
Dep. Nereu

*[Signature]*  
Dep. Amilcar

*[Signature]*  
Dep. Rauphan

*[Signature]*  
Dep. Traiano  
*[Signature]*  
Dep. Faccin

*[Signature]*  
Dep. Coiro

*[Signature]*  
Dep. Herculano  
*[Signature]*  
Dep. Herculano Jr.

APROVADO  
10.42.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury



## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 379/2013

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto, que proíbe o uso de procedimento de radiografia com objetivo de comprovar a realização de procedimentos aos planos de saúde.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo exclusivamente de combater o uso abusivo e indiscriminado dos exames de Radiografia em nosso Estado.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

  
Paulo Lupatini

  
Dr. Batista

  
DR. BATISTA  
Presidente  
Relator  
José Carlos



Projeto de Lei Nº 379/2013

Autor: Deputado ANIBELLI NETO

O Projeto de Lei nº 379/2013, de autoria do nobre Deputado Anibelli Neto, tem por objetivo proibir o uso de procedimento de radiografia, com o objetivo de comprovar a realização de procedimentos aos planos de saúde

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando o Projeto, opinou favoravelmente, mediante Emenda Substitutiva Geral.

Da mesma forma, a Comissão de Saúde Pública emitiu Parecer favorável, enaltecendo méritos indutíveis no mencionado projeto.

Não existindo qualquer óbice à sua tramitação, e entendendo igualmente que a proposta em análise virá combater o uso abusivo de exames radiográficos desnecessários, o parecer desta Comissão de Direitos Humanos é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado TADEU VENERI

Presidente

Deputado CARLO QUINTANA

Relator

WILSON QUINTERO

NEY LOPEZ VOST





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 390/13



Inserir no Calendário Esportivo do Estado do Paraná as etapas Autumn e Winter de Triathlon, realizadas anualmente em 30 de Março e 10 de Agosto, respectivamente, no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 1º - Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos Esportivos do Estado do Paraná as etapas Autumn e Winter de Triathlon, realizadas anualmente em 30 de Março e 10 de Agosto, respectivamente, no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2013.

  
NEY LEPREVOST

Deputado Estadual



**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição justifica-se, pelo crescimento do Triathlon nas últimas 02 décadas, estima-se que o número atual de praticantes da modalidade seja superior a 20.000 em todo Brasil, sendo que 80% encontra-se na região Sul-Sudeste. Dentre esta porcentagem pode-se apurar o perfil dos atletas: adultos entre 30 a 44 anos, empresários de pequeno à grande porte, com poder aquisitivo para realizar viagens para o exterior e demais regiões do país.

A desvantagem dos atletas brasileiros encontra-se no número de competições realizadas no país, entre 05 a 06 provas no ano, enquanto em países como os Estados Unidos este número chega a 29 provas por ano.

O projeto em tela visa um maior apoio e divulgação do Triathlon e seus praticantes, levando investimento e notoriedade ao município de Foz do Iguaçu, onde serão realizadas as etapas Autumn e Winter.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 390/2013

Projeto de Lei nº. 390/2013

Autor: Deputado Ney Leprevost.

**Súmula:** Insere no Calendário Esportivo do Estado do Paraná as etapas Autumn e Winter de Triathlon, realizadas anualmente em 30 de março e 10 de agosto, respectivamente, no Município de Foz do Iguaçu.

**EMENTA:** INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO AS ETAPAS AUTUMN E WINTER DE TRIATHLON. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado as etapas Autumn e Winter de Triathlon, a serem realizadas anualmente nos dias 30 de março e 10 de agosto, respectivamente.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



## FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
*Gabinete Deputado Tercílio Turini*



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)  
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 215 caput, a incumbência do Estado em garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini

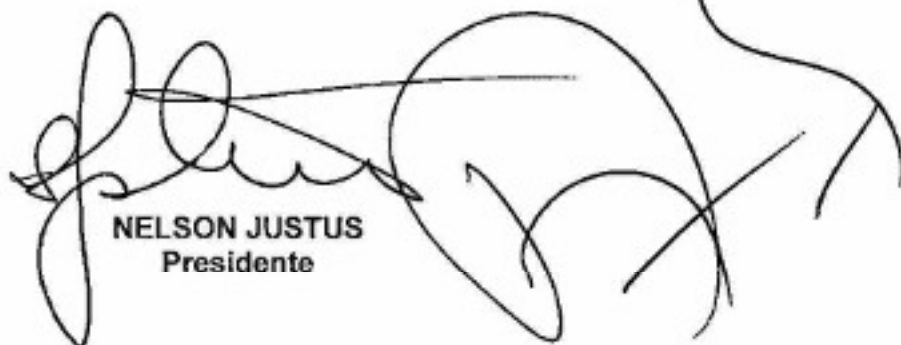


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

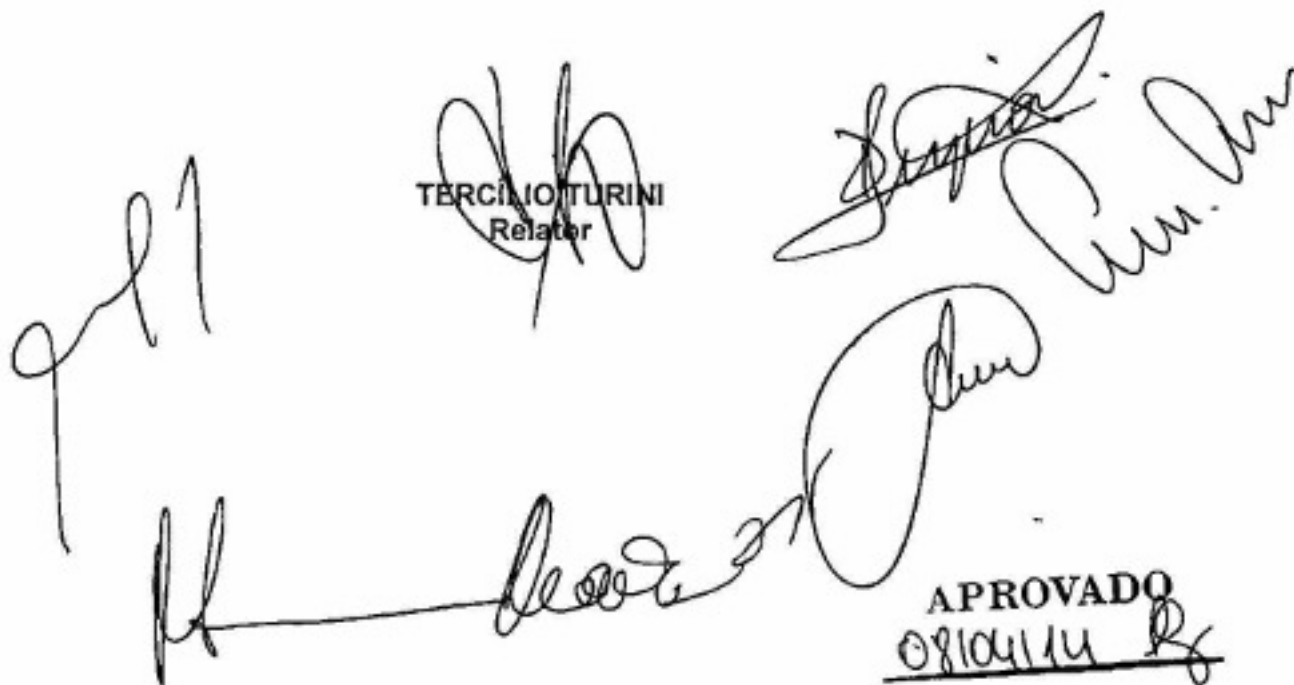
**CONCLUSÃO**

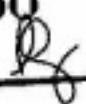
Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões em 08/04/14

  
NELSON JUSTUS  
Presidente

  
TERCÍLIO TURINI  
Relator



APROVADO  
08/04/14 





# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 141/1999

Súmula: Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências.

**Art. 1º.** O §. 1º, do art. 97, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, fica acrescido de inciso com a seguinte redação:

*"VI – adaptação ao cargo, aferida, inclusive, por meio de avaliações psiquiátricas e psicológicas efetivadas por serviço de saúde oficial, ou credenciado, antes do início do último trimestre e, a qualquer tempo, quando constatado desvio de conduta, mediante requisição do Corregedor-Geral do Ministério Público".*

**Art. 2º.** O art. 168, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, passa a ter a seguinte redação:

*"Art. 168. Prescreverá:*

*I – em três anos, a falta punível com advertência, multa ou censura;*

*II – em quatro anos, a falta punível com suspensão;*

*III – em cinco anos, a falta punível com demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.*

*Parágrafo único. A falta, também prevista na lei penal como crime, prescreverá no mesmo prazo deste, considerando-se sempre a pena máxima a ele cominada".*

**Art. 3º.** O parágrafo único, do art. 169, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, passa a ter a seguinte redação:



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



*"Parágrafo único. Interrompem a prescrição a instauração, a decisão do processo administrativo e respectiva decisão revisora, bem como a citação na ação civil de perda do cargo ou cassação de aposentadoria".*

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

9



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe acréscimo e alterações de dispositivos da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, visando o aprimoramento e a maior eficiência dos mecanismos de acompanhamento e avaliação dos requisitos do estágio probatório de membro do Ministério Público nomeado, para efeito de confirmação na carreira. A proposta objetiva, igualmente, conferir maior efetividade à atividade de controle disciplinar dos membros do Ministério Público pela Corregedoria-Geral.

Tratando Do Estágio Probatório e do Vitaliciamento, dispõe a Seção IV, o seguinte, verbis:

Art. 97. O Estágio Probatório é o período dos dois primeiros anos de efetivo exercício no cargo pelo membro do Ministério Público.

§ 1º. Nesse período será apurada a conveniência da permanência do nomeado na carreira, mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I – idoneidade moral;

II – disciplina;

III – dedicação ao trabalho;

IV – eficiência;

V – capacidade técnica.

A este dispositivo é acrescentado mais um inciso, nos seguintes termos:



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



*"VI - adaptação ao cargo, aferida, inclusive, por meio de avaliações psiquiátricas e psicológicas, efetivadas por serviço de saúde oficial, ou credenciado, antes do início do último trimestre e, a qualquer tempo, quando constatado desvio de conduta, mediante requisição do Corregedor-Geral do Ministério Público".*

Cumpre salientar que a apuração dos requisitos do estágio probatório incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público (art. 97, §§ 2º e 3º), que tem, por atribuição, outrossim, a orientação e fiscalização das *"atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público"* (art. 34).

Para esse fim realiza a Corregedoria-Geral, ordinariamente, por via direta, *"correções e inspeções"* (art. 36, inciso I e § 1º, alínea c), ou indiretamente, mediante o exame de *"anotações resultantes de apreciações dos Procuradores de Justiça e das referências feitas em julgados dos Tribunais"* (art. 36, § 1º, inciso b).

Ocorre que, com a constante expansão do Ministério Público, por força das novas e relevantes funções que lhe foram atribuídas pela Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional, as *correções e visitas de inspeções* nas Promotorias de Justiça tiveram a sua frequência protraída no tempo. Semelhante fenômeno vem se verificando nas correções indiretas, efetuadas em segundo grau pelos Procuradores de Justiça nos recursos e sucedâneos recursais em que atuam os Promotores de Justiça, em virtude da morosidade da Justiça no seu processo e julgamento.

Dai a necessidade do alargamento dos prazos de prescrição previstos no art. 168 da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 - Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, bem como o aperfeiçoamento da redação do seu parágrafo único e do art. 169, que trata da interrupção da prescrição, sob pena de prejudicar a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar porquanto, à época da ciência da eventual infração ou falta disciplinar, já se encontrar operado o prazo prescricional. Ora, possuindo hoje o Estado do Paraná 161 (cento e sessenta e uma) comarcas, tendo o Ministério Público 593 (quinhentos e noventa e três) cargos ocupados, sendo 466 (quatrocentos e sessenta e seis) Promotorias de Justiça, não é difícil estimar que o intervalo de uma



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



correição para outra, no mesmo órgão ministerial, ainda que, observada a almejada eficiência administrativa, não será inferior a 03 (três) anos.

A propósito, a conclusão semelhante chegou o Conselho Nacional do Ministério Público<sup>1</sup> ao levantar e avaliar a situação nacional (Ministério Públicos Estaduais e diversos ramos do Ministério Público da União), culminando por consignar na Resolução nº 43, de 16 de junho de 2009 (*"Institui a obrigatoriedade de realização periódica de inspeções e correições no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados"*), que *"as correições ordinárias serão realizadas a cada três anos, pelo menos; as correições extraordinárias e as inspeções serão realizadas sempre que houver necessidade"* (art. 3º, inciso I, cit. Resolução).

Registre-se, por fim, que os acréscimos e as alterações propostas, dada a sua natureza, não geram aumento de despesa.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessões extraordinárias realizadas nos dias 30 de junho e 11 de setembro do ano em curso.

<sup>1</sup> Por força de preceito constitucional incumbe ao Conselho Nacional do Ministério Público *"o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros"* (art. 130-A).



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 2955/14-GAB

Curitiba, 29 de setembro de 2014.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**  
Em, 14 OUT. 2014  
1º Secretário

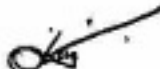
I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.  
Em, 14/10/2014  
Presidente



Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de Lei Complementar* que acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

  
Gilberto Giacoia

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

14-OUT-2014 14:18 884919 JV1

MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei Complementar 85 - 27 de Dezembro de 1999

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 5648 de 28 de Dezembro de 1999

(vide Lei Complementar 143 de 05/04/2012) (vide Lei Complementar 143 de 05/04/2012) (vide Lei 17105 de 05/04/2012)

**Súmula:** Estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Capítulo I

### DA DEFINIÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

**Art. 1º.** O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

**Parágrafo único.** São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

**Art. 2º.** Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica Nacional e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público:

**I** - propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual;

**II** - promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos Municípios;

**III** - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

**IV** - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei:

**a)** para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao patrimônio público, ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;

**b)** para anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade pública do Estado e do Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem;

**V** - manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, sempre que cabível a intervenção, para assegurar o exercício de suas funções institucionais;

**VI** - exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiências;

**VII** - deliberar sobre a participação em organismos estatais de defesa do meio ambiente, neste compreendido o do trabalho, do consumidor, de política penal e penitenciária e outros afetos à sua área de atuação;

**VIII** - ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas;

**IX** - interpor recursos, inclusive ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

concurso público de provas e títulos.

**Art. 89.** Não serão nomeados os candidatos aprovados no concurso que venham a ser considerados inaptos para o exercício do cargo, em exame de higidez física e mental.

**Art. 90.** A nomeação dos candidatos habilitados no concurso obedecerá a ordem de classificação.

**§ 1º.** Ao candidato aprovado assegurar-se-á a escolha do cargo para o qual deseja ser nomeado.

**§ 2º.** Se houver maior número de vagas que o de candidatos aprovados, o Procurador-Geral de Justiça organizará a lista das Promotorias que o interesse da Instituição indicar como preferenciais para o provimento imediato, limitando-as a número idêntico ao de candidatos aprovados.

## **Seção II DO CONCURSO**

**Art. 91.** O concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público destina-se ao preenchimento de todas as vagas existentes e das que ocorrerem no prazo de sua eficácia.

**Parágrafo único.** É obrigatória a abertura do concurso quando o número de vagas atingir a um quinto dos cargos iniciais da carreira, e facultativa a juízo do Conselho Superior do Ministério Público.

**Art. 92.** O concurso obedecerá ao regulamento elaborado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

**Art. 93.** O edital de abertura do concurso fixará para as inscrições prazo não inferior a trinta dias, contados de sua publicação no Diário da Justiça do Estado e deverá conter o número de vagas, as condições para inscrição, os requisitos para o provimento do cargo, as matérias sobre as quais versarão as provas escritas e orais, bem como os títulos que o candidato poderá apresentar e os respectivos critérios de valoração.

**Parágrafo único.** O edital será, ainda, publicado por duas vezes, por extrato, em jornal diário da Capital, de ampla circulação.

**Art. 94.** O Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior, decidirá sobre a homologação do concurso, dentro de trinta dias, contados da publicação do resultado final.

## **Seção III DA POSSE E DO EXERCÍCIO**

**Art. 95.** O prazo para a posse nos cargos do Ministério Público é de trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias, mediante requerimento formulado antes de findo o primeiro prazo.

**§ 1º.** O empossando prestará compromisso, em ato solene, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

**§ 2º.** O candidato nomeado deverá apresentar no ato de sua posse declaração de seus bens.

**Art. 96.** Para entrar no exercício do cargo, o empossado terá prazo de quinze dias.

## **Seção IV DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DO VITALICIAMENTO**

**Art. 97.** O Estágio Probatório é o período dos dois primeiros anos de efetivo exercício no cargo pelo membro do Ministério Público.

**§ 1º.** Nesse período será apurada a conveniência da permanência do nomeado na carreira, mediante a verificação dos seguintes requisitos:

**I** - idoneidade moral;

**II** - disciplina;

**III** - dedicação ao trabalho;

**IV** - eficiência;

**V** - capacidade técnica.



**§ 2º.** O membro do Ministério Público em estágio probatório remeterá, trimestralmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para exame, cópias de trabalhos jurídicos apresentados, relatório e outras peças que possam influir na avaliação do seu desempenho funcional.



**§ 3º.** A permanência após o primeiro ano de exercício dependerá de deliberação do Conselho Superior, mediante proposta do Corregedor-Geral, que apreciará cada um dos requisitos, podendo ser prorrogada por um trimestre.

**§ 4º.** A permanência ao final do segundo ano será declarada por ato do Procurador-Geral de Justiça, após deliberação favorável do Conselho Superior, observado o procedimento previsto no parágrafo anterior, que deverá iniciar-se com a apresentação da proposta do Corregedor-Geral sessenta dias antes de vencido o período.

**§ 5º.** Desfavorável a decisão do Conselho Superior, o interessado será cientificado, podendo ter vista do processo referente ao estágio e, no prazo de dez dias, apresentar defesa escrita.

**§ 6º.** A exoneração, se mantida a decisão desfavorável do Conselho Superior do Ministério Público, dar-se-á por ato do Procurador-Geral de Justiça.

**§ 7º.** A permanência declarada nos termos do parágrafo 4º, terá por efeito o vitaliciamento do membro do Ministério Público.

**Art. 98.** Na fase prevista no parágrafo 4º, do artigo anterior, o Corregedor-Geral, de ofício ou a requerimento dos demais Órgãos Superiores da Administração ou de qualquer membro do Ministério Público, poderá apresentar impugnação ao vitaliciamento do Promotor de Justiça em estágio probatório.

**§ 1º.** A impugnação, acompanhada dos elementos instrutórios necessários, será apresentada ao Conselho Superior do Ministério Público, antes de escoado o biênio.

**§ 2º.** A impugnação, que acarretará a instauração de procedimento próprio, nos termos do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, terá por efeito a suspensão do exercício funcional do membro do Ministério Público em estágio probatório, e será decidida no prazo máximo de sessenta dias.

**§ 3º.** Da decisão do Conselho Superior caberá recurso ao Colégio de Procuradores de Justiça, que a apreciará em trinta dias.

**§ 4º.** Com ou sem defesa do membro do Ministério Público em estágio probatório, Conselho Superior, após ordenar as diligências que entender necessárias, reexaminará, em dez dias, o processo de estágio, proferindo decisão definitiva; desfavorável, e não havendo recurso, o Procurador-Geral de Justiça expedirá o ato de exoneração.

**§ 5º.** Durante a tramitação do procedimento de impugnação, o membro do Ministério Público perceberá subsídio integral, contando-se para todos os efeitos legais o tempo de suspensão do exercício funcional, no caso de vitaliciamento.

**Art. 99.** Não serão computados, para fins de vitaliciamento, os períodos de afastamento, férias e licenças do membro do Ministério Público em estágio probatório.

**Art. 100.** O membro do Ministério Público em estágio probatório está sujeito à pena de demissão nos casos previstos no artigo 164, inciso VII, aplicada pelo Procurador-Geral de Justiça, após regular processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa.

## **Seções V DAS PROMOÇÕES**

**Art. 101.** As promoções far-se-ão, alternada e voluntariamente, por antigüidade e merecimento, de uma para outra entrância e da mais elevada para o cargo de Procurador de Justiça.

**§ 1º.** A promoção deverá ser realizada até trinta dias da abertura da vaga; não ocorrendo no prazo legal, a promoção produzirá efeitos a partir da seu termo final.

**§ 2º.** Para todos os efeitos, será considerado promovido o membro do Ministério Público que vier a falecer ou se aposentar sem que tenha sido efetivada, no prazo legal, a promoção que lhe cabia por antigüidade, ou por força do art. 104, § 2º, desta Lei.

**§ 3º.** É facultada a recusa de promoção, sem prejuízo do critério de preenchimento de vaga recusada.

**Art. 102.** Apurar-se-á a antigüidade na entrância e o merecimento pela atuação do membro do

inerentes ao exercício do cargo, vedada a sua conversão em multa e não podendo ter início durante gozo de férias ou licença.



**§ 2º.** Considera-se reincidente, para os efeitos desta Lei, a prática de nova infração, dentro de quatro anos após cientificado o infrator do ato que lhe tenha imposto sanção disciplinar.

**§ 3º.** A pena de multa será recolhida ao Tesouro Estadual, como renda eventual.

**Art. 165.** Na aplicação das penas disciplinares, considerar-se-ão os antecedentes do infrator, a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias em que foi praticada e os danos que dela resultaram ao serviço ou à dignidade da Instituição ou da Justiça.

**Art. 166.** As penas de demissão de membro não vitalício do Ministério Público, disponibilidade com subsídio proporcional, suspensão, censura, multa e advertência, serão impostas mediante processo administrativo disciplinar.

**Art. 167.** Compete ao Procurador-Geral de Justiça aplicar as penas previstas no artigo 163.

## **Seção V DA PRESCRIÇÃO**

**Art. 168.** Prescreverá:

**I** - em um ano, a falta punível com advertência, multa ou censura;

**II** - em dois anos, a falta punível com suspensão;

**III** - em quatro anos, a falta punível com demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

**Parágrafo único.** A falta, também prevista na lei penal como crime, prescreverá juntamente com este.

**Art. 169.** A prescrição começa a correr:

**I** - no dia em que a falta for cometida;

**II** - do dia em que tenha cessado a continuação ou permanência, nas faltas continuadas ou permanentes.

**Parágrafo único.** Interrompem a prescrição a instauração do processo administrativo e a citação para ação de perda do cargo.

## **Seção VI DA SINDICÂNCIA**

**Art. 170.** A sindicância é o procedimento preliminar que tem por objetivo a verificação sumária de indícios da prática de falta disciplinar ou infração para instauração de processo administrativo.

**Art. 171.** A instauração da sindicância será determinada pelo Corregedor-Geral mediante resolução, em que designará membro vitalício do Ministério Público ou Comissão para realizá-la, sempre que tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou falta funcional.

**§ 1º.** À sindicância poderá, motivadamente, ser atribuído caráter reservado.

**§ 2º.** A comissão será presidida pelo Corregedor-Geral ou, por delegação deste, pelo Subcorregedor-Geral, e composta de integrantes da carreira de classe igual ou superior à do sindicado.

**Art. 172.** O prazo para a conclusão da sindicância e apresentação do relatório final é de trinta dias, prorrogável, motivadamente, no máximo por igual tempo.

**Art. 173.** O sindicante ou a comissão procederá à instrução da sindicância podendo ouvir o sindicado e testemunhas, requisitar perícias e documentos e promover diligências, sendo-lhe facultado o exercício das prerrogativas outorgadas ao Ministério Público por esta Lei, para instruir procedimentos administrativos.

**Art. 174.** O sindicante ou a comissão emitirá parecer conclusivo pelo arquivamento da sindicância ou pela instauração de processo administrativo.

**Parágrafo único.** O parecer que concluir pela instauração do processo administrativo disciplinar





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2014

Projeto de Lei Complementar nº 14/2014

Autor: Procuradoria Geral de Justiça/ Ministério Público

**Súmula:** Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado Do Paraná, e dá outras providências.

**EMENTA:** ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º. 85/99. LEI ORGÂNICA E ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. ART. 48 LC 85/99. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

### PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei Complementar, de autoria do Ministério Público, objetiva a inclusão e alteração dos dispositivos que especifica da Lei Complementar n.º. 85/99 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno Da Assembleia Legislativa Do Estado Do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis complementares cabe ao Ministério Público, vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

**Art. 114.** O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.  
(grifos nossos)





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

**Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.**

**§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.** (grifos nossos)

O jurista José Afonso da Silva leciona que "(...) das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no art. 169, 'propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira'. Dá-se-lhe, assim, o poder de iniciativa de leis nessas matérias"<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores, SP.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

**Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:**

**II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;**

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto, segundo a justificativa do ordenador de despesa, não importa em acréscimo de despesas eis que apenas regulamenta as questões de Estágio Probatório e Faltas funcionais.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar, em virtude de sua **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.**




# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Comissão de Constituição e Justiça





Sala das Comissões, 21 de outubro de 2014.


  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

  
Dep. Daudelli

  
Dep. Lúini

  
Dep. Curi

  
Dep. Scaione

  
Dep. Pinheiro

  
Dep. Sampaio

APROVADO

21/10/2014



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/14**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei Complementar em análise é oriundo da Procuradoria Geral de Justiça – Ministério Público – Ofício nº 2955/2014-GP, propõe acréscimos e alterações de dispositivos da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável, devidamente aprovado, em virtude de sua legalidade e constitucionalidade.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei Complementar em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta visa o aprimoramento e a maior eficiência dos mecanismos de acompanhamento e avaliação dos requisitos do estágio probatório de membro do Ministério Público nomeado, para efeito de confirmação na carreira.

A Constituição Estadual em seu art. 65, assegura ao Procurador-Geral de Justiça a iniciativa de leis dessa natureza. Também o art. 114, § 2º do mesmo Diploma legal, garante a competência privativa do Ministério Público, para tratar de propostas como a presente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

De igual modo a Constituição Federal em seu art. 127, § 2º, estabelece a competência privativa do Ministério Público em propor matérias nesse sentido.

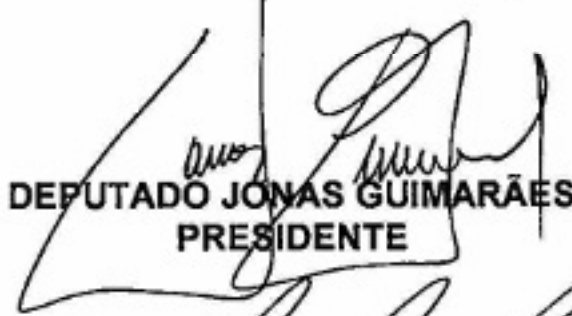
Insta ressaltar que em relação a questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta não vem acompanhada da declaração de adequação orçamentária, em razão da alteração constante do Projeto em tela, não implicar em aumento de despesas.


CONCLUSÃO


Assim sendo opina-se pela Aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 14/14, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

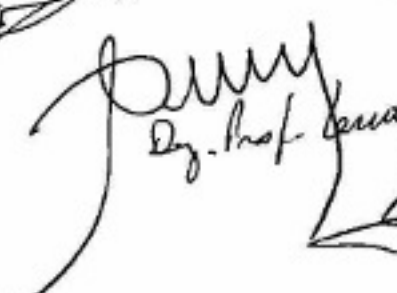
É o parecer.

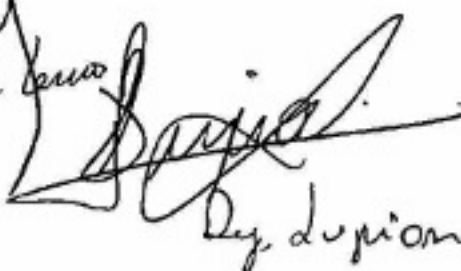
Sala das Comissões, 29/10/14

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
RELATOR

  
Dep. Wilson

  
Dep. Prof. Paulo

  
Dep. Dupion